

# JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

M. F. DO NASCIMENTO BRITO — Presidente do Conselho

MANOEL FRANCISCO BRITO — Diretor Presidente

WILSON FIGUEIREDO — Diretor de Redação

DACIO MALTA — Editor

MERVAL PEREIRA — Editor Executivo

ROSENTE CALMON ALVES — Editor Executivo

## Consciência Permanente

**A**lém dos sinais de amadurecimento democrático, uma das facetas que ressaltam dos fatos destes dias é a consciência generalizada entre os políticos, empresários e parcelas expressivas da sociedade de que, com qualquer desfecho da CPI, a modernização da economia não pode parar: não há mais lugar no mundo para um Brasil autárquico.

Se a consciência vinha ganhando adeptos, as últimas transformações nos blocos de comércio mundial, como o Acordo Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA) entre os Estados Unidos, o Canadá e o México, e a Europa Unida de 1993, criaram nos empresários brasileiros a convicção de que não há mais espaço para as economias fechadas e isoladas.

É preciso continuar o processo de redução da presença do Estado na economia brasileira, ampliar o programa de privatização, aprovar uma reforma fiscal de resultados duradouros para a estabilização da economia e a queda da inflação, e remover os entraves ao livre comércio e à livre movimentação de capitais (protegidos os interesses nacionais e a própria estabilidade econômica).

Essas tarefas não são exclusivas de um único governo. Compete ao Congresso dar curso a essas ações modernizadoras, que devem estar entre os objetivos prioritários de uma nação empenhada em recuperar o atraso tecnológico, econômico e social em relação ao Primeiro Mundo — uma herança da *década perdida* de 80. A recuperação do atraso pede a urgente superação das hostilidades entre o Executivo e o Legislativo.

O Congresso precisa retomar a iniciativa do exame de leis essenciais à modernização do país, que deveriam ter sido discutidas em julho, quando foi convocado para isso, durante o recesso. O Congresso não pode ficar operando apenas em função da CPI e da discussão do *impeachment*. O país não aguenta continuar parado à espera dessa definição sempre adiada.

A Constituição de 1988 consagrou, equivocadamente, um modelo econômico autárquico, numa fase em que o mundo estava removendo blocos ideológicos e barreiras comerciais, pela falência do modelo autárquico no Leste europeu (que iria ruir espetacularmente na URSS em 1991).

Em dois anos, os brasileiros mais lúcidos já se deram conta de que é indispensável reformar a Constituição para romper as amarras que atrelam o país a um modelo empresarial cartorial alimentado pela excessiva dependência ao Estado. O modelo de atuação do Estado como empresário fornecedor de insumos a preços subsidiados, agente regulador da abertura da economia às importações, ou da torneira dos subsídios e incentivos faliu o próprio Tesouro. O descontrole do seu endividamento em moeda nacional e estrangeira é parte da explicação para o persistente desgaste da moral e da ética nacionais produzido pela inflação.

O comandante da Economia, ministro Marcílio Marques Moreira, tem conseguido dar um mínimo de normalidade à vida econômica do país, em meio à borracha política. Por muito menos, em outras épocas de relativa normalidade política, a inflação logo virava um mar raivoso para os agentes econômicos, diante das dificuldades da sua governabilidade.

O país tem hoje um lastro de reservas cambiais que permite enfrentar a tempestade. Mas as empresas que vinham levantando recursos baratos e generosos tiveram fechadas as portas do mercado financeiro internacional. O timoneiro já avisou que sem a reforma fiscal e outras âncoras para modernizar a economia, como a aceleração da privatização, a reforma portuária, a nova lei de patentes e um novo tratamento ao capital estrangeiro, será muito mais difícil levar o barco econômico a porto seguro. A última palavra cabe ao Congresso.